

PROJETO DE LEI N.º _____, DE 2016

(Do Sr. Hildo Rocha)

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre o acendimento de faróis de veículos automotores em período diurno e dá outras providências

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a redação do inciso I do art. 40 e da alínea “b” do inciso I do art. 250 da Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), para desobrigar o acendimento dos faróis nos trechos urbanos das rodovias, no período diurno, e admitir a utilização das luzes de rodagem diurna.

Art. 2º O inciso I do art. 40 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 40.
I – durante o dia, o condutor manterá acesos os faróis do veículo utilizando luz baixa, nos túneis providos de iluminação pública e nas rodovias situadas fora do perímetro urbano, admitindo-se a utilização das luzes de rodagem diurna;

Art. 3º A alínea “b” do inciso I do art. 250 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 250.
I –
b) de dia, nos túneis providos de iluminação pública e nos trechos de rodovia situados fora do perímetro urbano, exceto se estiver utilizando luzes de rodagem diurna;

Art. 4º Esta lei entra em vigor após decorridos trinta dias de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 13.290, de 23 de maio de 2016, que entrou em vigor no dia 8 de julho próximo passado, alterou os arts. 40 e 250 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), para obrigar os veículos automotores a transitarem com faróis acessos, em luz baixa, durante o dia nas rodovias, bem como para tipificar a infração correspondente. Sustenta-se a nova exigência no pressuposto que, com os faróis acionados, os veículos se tornam mais visíveis, contribuindo para a diminuição dos acidentes automobilísticos, especialmente as colisões frontais.

Ocorre, porém, que o próprio CTB conceitua as rodovias como vias rurais (art. 60, inciso II, alínea “a”), enquanto seu Anexo I define rodovias como vias pavimentadas localizadas em áreas rurais. Isso nos permite supor que a utilização dos faróis acesos durante o dia não seria exigível nos trechos de rodovias integrados à malha urbana das cidades.

Não é o que está ocorrendo. Nas localidades em que as rodovias cruzam as áreas urbanas, os condutores estão sendo autuados e multados por não acionarem os faróis em luz baixa, durante o dia. Tal fato, além de representar uma incongruência na aplicação da lei, também prejudica os condutores, pois, muitas vezes, uma rodovia em área urbana em nada difere das demais ruas e avenidas.

Além disso, o texto aprovado deixa de considerar solução tecnológica mais recente e adequada, que são as luzes de rodagem diurna, já presentes em alguns modelos em circulação. Essas luzes, também conhecidas pela sigla DRL (*Daytime Running Light*), são lâmpadas, em geral halógenas ou de LED, que se acendem sempre que o carro está ligado, mesmo estando o farol apagado. Sua utilização é ainda mais apropriada que o uso de farol baixo,

pois elas têm maior durabilidade e, além disso, como não interferem com as luzes traseiras, que se acendem junto com o farol baixo, confundem menos os usuários do trânsito.

Recentemente, o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) tentou superar essa lacuna, orientando órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Trânsito a não autuarem os condutores que estiverem utilizado DRL. Apesar de positiva, a medida não tem força de lei, pelo que se impõe deixar essa alternativa explícita no CTB.

O projeto de lei ora apresentado tem, pois, a finalidade de resolver essas pequenas falhas relacionadas à obrigatoriedade de uso de faróis em rodovias. Pelo aperfeiçoamento que a medida irá proporcionar ao CTB, esperamos contar com o apoio de todos para sua rápida transformação em norma legal.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 2016.

Deputado **Hildo Rocha**